



Interpeção Oral

Para além dos trabalhadores importados do “Interior da China”, o Governo não supervisiona as pessoas de outros países e regiões que entram em Macau como visitantes para procurar trabalho ou fazer entrevistas de emprego e depois ficam cá a trabalhar a título de trabalhadores importados, o que representa um grande desafio para a sua fiscalização e para a segurança da sociedade, colocando muitos problemas às famílias que contratam empregadas domésticas importadas. Durante anos, a sociedade exigiu muitas vezes ao Governo que procedesse a uma supervisão mais rigorosa do processamento dos pedidos de importação de trabalhadores e proibisse a conversão do visto de turista em título de identificação de trabalhador não residente. Face às exigências sociais e parlamentares, em Janeiro de 2014, o Governo prometeu juntar os serviços competentes de diversas áreas, a fim de procurar medidas para colmatar as lacunas dos regimes em causa.

No final de Novembro de 2015, os dirigentes da área da Economia e Finanças revelaram no Debate das LAG que, para colmatar as lacunas, o Gabinete para os Recursos Humanos (GRH), a Direcção dos Serviços para os Assuntos Laborais (DSAL) e o Corpo de Polícia de Segurança Pública (CPSP) já tinham iniciado estudos interdepartamentais e obtido três propostas preliminares para impedir a conversão de não residente em trabalhador importado. Mas o Governo não conseguiu uma decisão final, porque cada proposta tinha vantagens e desvantagens.

Em Maio deste ano, a DSAL, ao responder à interpelação de um deputado, afirmou que “quanto à conversão de não residente, a título de visitante, em trabalhador importado, o Governo já tinha iniciado o respectivo estudo e, durante o seu processo, tido em consideração várias propostas e regimes das regiões vizinhas, mas, como este problema abrange uma ampla matéria e é complexo, e cada proposta apresentada tinha vantagens e



(Tradução)

澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

desvantagens, assim, só depois de uma ponderação rigorosa e de se obter o consenso social é que o Governo podia elaborar uma proposta melhor. Prevê-se que esta proposta seja feita após a recolha, ainda neste ano, das opiniões das associações e do sector em causa”.

Assim sendo, interpelo o Governo sobre o seguinte:

1. Passado mais de meio ano desde o Debate das LAG em Novembro passado, porque é que a DSAL, ao responder à interpelação de um deputado, para fugir ao problema, continuou a dizer que o mesmo se reveste de complexidade e que cada proposta apresenta vantagens e desvantagens? Então, o que é que o Governo fez neste período?

2. O Governo afirmou que já tinha tomado como referência os regimes das regiões vizinhas, então, quais são as suas vantagens e desvantagens? É preciso Macau apreender algo desses regimes?

3. O Governo pretende recolher, neste ano, as opiniões das associações e do sector em causa. Então, quando é que pode ser concretizada a proposta para acabar com a situação dos não residentes que entram em Macau como visitantes para procurar trabalho, e depois se convertem em trabalhadores importados? Isto pode ser feito ainda neste ano?

14 de Junho de 2016

A Deputada à Assembleia Legislativa
da Região Administrativa Especial de Macau,
Kwan Tsui Hang